

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALEX SANDER GADAS DE MATOS

DA GEOPOLÍTICA PARA A GEOECONOMIA ?

Rio de Janeiro

2008

CC ALEX SANDER GADAS DE MATOS

DA GEOPOLÍTICA PARA A GEOECONOMIA ?

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Campos Lobo

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2008

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS CLÁSSICAS.....	5
2.1	A evolução da geopolítica.....	5
2.2	As teorias clássicas e o papel da economia.....	8
3	A GEOECONOMIA.....	9
3.1	O que é geoeconomia.....	10
3.2	O poder econômico e o poder militar.....	12
3.3	O mundo sem fronteiras.....	13
4	O CONFLITO ARMADO.....	15
4.1	A teoria econômica sobre as guerras.....	15
4.2	A evolução do conflito armado.....	16
5	CONCLUSÃO.....	19
	REFERÊNCIAS.....	21
	ANEXO A	23

1 INTRODUÇÃO

No momento em que o comércio internacional atinge cifras inimagináveis (em 2006 esta cifra atingiu a marca de quase quinze trilhões de dólares), alguns autores contemporâneos vêm difundindo a idéia da chamada *geoeconomia*¹. Esses estudiosos enaltecem as relações comerciais e o poder econômico como fatores fundamentais nas relações entre os Estados, chegando a diminuir o papel dos embates militares no novo cenário que se descortina para o século XXI.

Por outro lado, a guerra preventiva de agressão ao Iraque levada a efeito por George W. Bush em 2003 é um exemplo claro da aplicação da doutrina de militarização dos Estados Unidos da América, evidenciando o papel preponderante da componente militar na geopolítica estadunidense (MARTINS, 2003). Outros autores vêm a chamada *geoeconomia* não apenas como uma nova perspectiva para a velha geopolítica tradicional, mas uma nova forma de influenciar os rumos dos acontecimentos (VESENTINI, 2004).

No passado recente a relação entre os Estados era ditada pela geopolítica. Os governos buscavam posicionar o seu Estado no sistema internacional e adquirir um poder que lhes desse condições de influenciar ou estabelecer uma ordem mundial que lhes fosse a mais benéfica possível, possibilitando a prosperidade e a continuidade de seu povo. Para tal os Estados recorriam à guerra com frequência para atingir os seus objetivos políticos. Normalmente tais objetivos estavam relacionados com a necessidade de maiores recursos naturais e o domínio de determinada região cuja posse traria benefícios políticos, estratégicos e econômicos. Era a geopolítica que ditava o *modus vivendi* entre os Estados soberanos.

Com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o fim da Guerra Fria (1991), houve uma mudança drástica no sistema internacional, passando-se de um sistema bipolar para um unipolar, em termos de poder militar, cuja única potência são os Estados Unidos da América. Acrescentando-se a isso os efeitos da globalização e os novos atores que surgiram no sistema internacional, fez-se necessário estabelecer uma nova ordem mundial coerente com a realidade atual. Nesse contexto, a geopolítica tradicional já não se aplicaria a essa nova ordem (VESENTINI, 2004). Surgiram então novas propostas de pensar o mundo, coerentes com a nova realidade. Dentre essas propostas, destaca-se a *geoeconomia*, que, de uma maneira geral, dita que a supremacia de um Estado no cenário internacional não se dará mais pelo conflito militar, mas pelo conflito econômico.

1 O termo foi empregado pela primeira vez no artigo de Edward Luttwak, *From geopolitics to geoeconomics*, na revista *The National Interest*, publicada em 1990.

Este estudo tem por objetivo compreender em que medida a competição econômica internacional efetivamente levará para um segundo plano o confronto militar neste século XXI, e permitirá entender as bases que sustentam a chamada geoeconomia, identificando até que ponto ela exerce influência ou substitui a geopolítica tradicional.

Para atingir o propósito almejado, o pesquisador identificará como surgiu o conceito de geopolítica e analisará as primeiras propostas geopolíticas que procuravam explicar as relações entre os Estados no passado recente, verificando a dimensão que a economia exerceu nestas primeiras teorias. A seguir serão apresentados os conceitos da geoeconomia, visando a entender como essa nova proposta explica o poder da economia na relação entre os Estados na atualidade. Por fim, serão analisados os principais conflitos que ocorreram nas últimas décadas, identificando suas causas e possíveis influências geopolíticas, onde será verificado em que medida as relações comerciais efetivamente levam para um segundo plano os enfrentamentos tradicionais.

2 AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS CLÁSSICAS¹

Para se compreender o que vem a ser geoeconomia, antes de tudo é fundamental entender o que é efetivamente geopolítica e como ela surgiu. Conforme Gagné (2007, p. 5, tradução do autor) aponta, “o termo geopolítica tem muitos significados bem como diferentes conotações, as quais são normalmente implícitas e algumas vezes contraditórias”. Neste trabalho, a fim de se evitarem conotações adversas, serão abordadas resumidamente as principais teorias clássicas, por estarem elas associadas ao conceito original de geopolítica, evidenciando suas implicações político-econômicas no cenário mundial da primeira metade do século XX, ao qual está relacionado o período clássico da geopolítica.

2.1 A evolução da geopolítica

Em que pese não ter forjado o termo “geopolítica”, o grande motivador e precursor deste novo campo do conhecimento foi o geógrafo alemão, Friedrich Ratzel (1844 a 1904), detentor da cátedra de Geografia na prestigiada Universidade de Leipzig e um dos mais influentes geógrafos da Europa novecentista. Ao publicar *Politische Geographie* (Geografia Política, 1897), Ratzel compara o Estado a um “organismo”² político no qual as relações entre o homem e a natureza devem ser compreendidas não somente sob o ângulo da mediação técnica ou econômica (trabalho, progresso), mas também, e sobretudo, levando-se em consideração a mediação política (MARTINS, 2001).

O neologismo “geopolítica” viria a ser originalmente cunhado no crepúsculo do século XIX pelo sueco Rudolf Johan Kjellén (1864 a 1922), professor das Universidades de Gotemburgo e Uppsala (FERNANDES, 2002). A explicação do significado do neologismo e do objeto deste novo saber foi feita por Kjellén na sua obra mais importante, *Staten som Lifform* (O Estado como Forma de Vida, 1916) redigida originalmente em sueco, mas rapidamente traduzida para o alemão. Nesta obra a geopolítica foi apresentada como a ciência do Estado enquanto organismo geográfico tal como este se manifesta no espaço, sendo o

1 Foi utilizada a divisão proposta por Vesentini (2004), que considera a fase clássica da geopolítica o período compreendido desde o seu surgimento até a Segunda Guerra Mundial.

2 O trabalho de Ratzel está também associado às concepções evolucionistas e biológicas do Estado e da sociedade que progressivamente se difundiram pelo campo das Ciências Sociais, após a publicação por Charles Darwin de *On the Origin of Species by means of Natural Selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life* (1859). Com a *Politische Geographie* de 1897 e *Der Lebensraum* (O Espaço Vital) de 1901, as concepções evolucionistas e biológicas fizeram também sua aparição na Geografia, e Ratzel foi acusado de ter o seu trabalho imbuído de uma perversa filosofia darwinista do espaço. (KORINMAN, 1990, *apud* FERNANDES, 2002)

Estado entendido como país, como território, ou, de uma maneira mais significativa, como império. Esta nova ciência tinha por objeto constante o Estado unificado e pretendia contribuir para o estudo da sua natureza profunda, diferentemente da Geografia Política de Ratzel, cujo objeto de estudo concentrava-se na observação do planeta como *habitat* das comunidades humanas em geral (KORINMAN³, 1990, *apud* FERNANDES, 2002).

O grande impulso nessa nova ciência foi dado na Alemanha do início do século XX, onde as teorias de Ratzel e Kjellén ecoaram na chamada “Escola Alemã da Geopolítica”, através da *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica), fundada em 1924, que teve como figura central o estudioso Karl Haushofer (1869 a 1946) (VESENTINI, 2004). Várias idéias e teses geopolíticas divulgadas nessa revista tiveram implicações políticas relevantes na Alemanha do período entre as duas guerras mundiais. Para a compreensão dos trabalhos de Haushofer e da *Zeitschrift für Geopolitik*, Fernandes (2002, p. 165) ressalta:

É importante notar que estes se desenvolveram num período político, econômico e social extremamente conturbado da história da Alemanha da primeira metade do século XX, em que era grande a difusão entre a população de um sentimento de decadência. A este fato temos de juntar a humilhação sofrida pela derrota militar na I Guerra Mundial e a incapacidade do regime democrático instituído pela República de Weimar (1918-1933) – que sucedeu à renúncia do Kaiser Wilhelm II e ao fim da Alemanha imperial do II *reich* (1871-1918) – em resolver os problemas sociais e territoriais. E temos de adicionar também a subversão do regime democrático de Weimar e a sua deposição pelo partido nazi de Adolf Hitler, com a fundação do III *Reich* (1933-1945), estreitamente associada ao desencadear dos trágicos acontecimentos da II Guerra Mundial.

Em um dos diversos artigos publicados ao longo da vida do periódico, Haushofer esboçou uma ordem mundial ideal, resultado de uma desejável aliança entre Alemanha, Rússia e Japão, que consistiria na divisão do mundo em quatro blocos ou zonas continentais: a zona de influência alemã, que abarcaria a Europa (menos Rússia), a África e o Oriente Médio; a zona de influência dos Estados Unidos da América (o continente americano); a zona de influência da Rússia (a imensa Rússia mais o sul da Ásia, ou seja, uma saída para o oceano Índico); e a zona de influência do Japão (extremo oriente, Sudeste asiático e Oceania). Além disso, ele e sua revista repercutiram com veemência a ideologia da “raça superior” e, mais do que isso, acrescentaram a “necessidade do espaço vital” para o futuro da Alemanha – necessidade de novos territórios para a nação alemã, especialmente na Europa central e na África (VESENTINI, 2004). Delineava-se assim a importância da geopolítica como um vetor para o desenvolvimento de idéias que tinham como objetivo a expansão política e territorial dos Estados e sua relação com os demais.

Embora estejam associados à história da geopolítica sueco-alemã a origem do

3 KORINMAN, Michel. *Continents perdus: les précurseurs de la géopolitique allemande*. 1990.

conceito da nova disciplina e os mais significativos esforços para a sua teorização e justificação, é, por sua vez, no âmbito da *Geopolitics* (isto é, da geopolítica britânica) que se encontra o que habitualmente é considerado o principal texto fundador da disciplina: *The Geographical Pivot of History*, tema da conferência proferida em Londres, na Sociedade Real de Geografia, a 21 de janeiro de 1904, pelo professor de geografia de Oxford, Halford John Mackinder (1861 a 1947) (FERNANDES, 2002). Nesse texto Mackinder lança o conceito do *Heartland*, justificando que este seria o verdadeiro pivô geográfico dos principais acontecimentos históricos da humanidade. Assim Fernandes (2002, p. 168) interpreta o pensamento de Mackinder:

[...] Verifica-se que este passou em revista, de uma maneira sintética e abrangente, a história universal, através de uma grelha de leitura geográfica, sustentando que foi nas imensas planícies asiáticas que ocorreram os acontecimentos decisivos da história universal, e que esta zona do mundo teve, milenarmente, uma influência decisiva no rumo dos acontecimentos mundiais. Face a esta constatação histórico-geográfica propôs um conceito analítico original – a área *pivot* (1904) – cuja designação foi posteriormente alterada para *Heartland* (1919), através da adoção da metáfora do **coração da terra**, situado no continente Euro-Asiático, e coincidindo, grosso modo, com a ex-URSS [...].

Com esse texto, que demonstrava a importância do poder terrestre para a Europa, Mackinder se contrapunha ao almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (1840 a 1914), que à época disseminava a tese do poder marítimo, tendo como sua obra mais famosa *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*, escrito em 1890. De acordo com Mahan, a história mostrava que um Estado poderoso como a Inglaterra havia sido forjado pela sua preponderância e pelo seu domínio do mar. Mahan teve grande influência no pensamento estratégico dos seus contemporâneos, a ponto de ter seus livros indicados com leitura obrigatória para os oficiais da real marinha da Alemanha (FERNANDES, 2002). Embora não tivesse empregado o termo “geopolítica”, suas idéias eram impregnadas de uma visão que o credenciam como um dos precursores do pensamento geopolítico que surgiria em seguida (FERREIRA, 2005), influenciando inclusive as teorias de Mackinder.

Ainda dentro da sua concepção do poder terrestre, ao publicar *Democratic Ideals and Reality* (1919), Mackinder procurou alertar os vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) da importância do *Heartland*, ao afirmar que: “*who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World-Island; who rules the World-island commands the World*”⁴ (MACKINDER, 1919, *apud* FERNANDES, 2002, p. 168). Com isso Mackinder pretendeu intervir no debate daquela época, chamando a atenção

4 “Quem controlar a Europa do Leste dominará o Coração da Terra; quem controlar o Coração da Terra dominará a Ilha-Mundial; quem controlar a Ilha-Mundial dominará o mundo” (tradução de FERNANDES, 2002). Nesse caso a Ilha-Mundial seria composta pela África e a Eurásia.

dos principais dirigentes políticos da aliança militar vencedora da Primeira Guerra Mundial – Lloyd George (Reino Unido), Woodrow Wilson (EUA) e Georges Clemenceau (França) – para a necessidade premente de organizar a Europa do Leste, mantendo-a fora do controlo de uma única potência terrestre, por força das específicas características peninsulares da Europa Ocidental. Assim, aquilo que designou como um cordão de *buffer-States* (Estados-tampão), deveria separar a Alemanha da Rússia, evitando que uma só potência dominasse o *Heartland* (FERNANDES, 2002). Mais uma vez a geopolítica aparece como um norteador das políticas dos Estados que estavam em destaque àquela época do Pós-guerra.

O foco da geopolítica passaria por uma mudança durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). Em resposta à demagogia nazista, o cientista político norte-americano Nicholas John Spykman (1893 a 1943) mudou o rumo da concepção da geopolítica para longe daquele relacionado à nação, em direção à questão da segurança. Como definido por Spykman, geopolítica seria o estudo e o planeamento de políticas de segurança que não poderiam ser definidas e desenvolvidas independentemente das características da área onde existem tensões (GAGNÉ, 2007). Spykman influenciaria decisivamente a política externa dos Estados Unidos da América no pós-Segunda Guerra Mundial, através de seu livro *The Geography of the Peace* (publicado em 1944), no qual apresentava o conceito de *Rimland* (uma zona entre os poderes marítimo e terrestre, que abrangia parte da Europa Ocidental, o Médio Oriente, a Turquia, o Irã, a Índia, o Paquistão, a China, a Coreia, o Japão, o Sudoeste Asiático e a costa do pacífico da Rússia) – uma área geoestratégica determinante para a segurança dos Estados Unidos no mundo (FERNANDES, 2002).

Após a Segunda Guerra Mundial, conforme Vesentini (2004) argumenta, a palavra geopolítica acabaria por ficar associada aos perdedores, principalmente pela forte presença da *Geopolitik* de Haushofer no ideário nazista⁵. Desta forma, como propõe Fernandes (2002, p. 172), “o uso da palavra Geopolítica foi praticamente banido durante três décadas, encerrando-se assim aquilo que, parafraseando um conhecido título de Alvin Toffler, podemos designar como a **primeira vaga** da Geopolítica”.

2.3 As teorias clássicas e o papel da economia

5 Quanto a essa questão, Vesentini explica que muito se discutiu na época a respeito das ligações – reais ou imaginárias – das idéias de Haushofer com a política expansionista da Alemanha nazista. Contudo, Vesentini alega que não se pode negar o teor expansionista da *Geopolitik*, “[...] que na realidade era muito mais do que apenas um ideal de grande potência mundial para a Alemanha. Era uma divulgação de idéias que basicamente afirmavam o seguinte: existiam inúmeros territórios que eram **naturalmente** germânicos, embora ainda não oficialmente [...]”. (VESENTINI, 2004, p.22 -23)

Com base nas principais teorias discutidas no item anterior, percebe-se claramente que a geopolítica emergiu num momento em que o mundo encontrava-se em plena ebulição. A Primeira Guerra Mundial foi o resultado de uma intensa competição econômica entre os Estados europeus e a conseqüente corrida armamentista que veio a reboque nas principais potências européias (KOSHIBA e PEREIRA, 2004). Como visto, foi no cenário pós-Primeira Guerra Mundial que os ideais geopolíticos de Mackinder e Haushofer tiveram um campo fértil para se propagarem.

“As geopolíticas clássicas não apenas estavam centradas no Estado como único ator ou agente, mas eram igualmente feitas por ele e para ele. Eram antes de mais nada propostas de ação no sentido de fortalecer o **seu** Estado [...]” (VESENTINI, 2004, p. 12). Daí a geopolítica clássica estar tão associada ao expansionismo e ao imperialismo dos Estados na primeira metade do século XX. Para os pensadores clássicos o fundamental era a quantidade de recursos: mercados, povos – mão-de-obra e soldados –, solos agricultáveis, minérios, espaço geográfico, enfim (VESENTINI, 2004). Daí as geopolíticas clássicas terem sido em geral explicações a respeito da importância estratégica de determinados territórios, da necessidade de expansão territorial como forma de fortalecimento do Estado e de adquirir hegemonia.

Nesse contexto, é fácil perceber que a economia teve papel fundamental na elaboração das teorias geopolíticas clássicas. Diferentemente do que acontece nos tempos atuais, àquela época, para um Estado ser forte necessitava ter acesso a grandes quantidades de matéria-prima, o que normalmente se associava a grandes extensões territoriais ou colônias, e grande contingente populacional para uso como mão-de-obra e mercado consumidor, principalmente naquele momento em que a revolução industrial e o capitalismo monopolista estavam em plena expansão. Desta forma, a geopolítica clássica representava a realidade daquele período. Os conflitos para a conquista e a manutenção daqueles recursos eram constantes, numa luta natural pela sobrevivência e pelo fortalecimento dos Estados.

3 A GEOECONOMIA

De acordo com Vesentini (2004), a geopolítica permaneceria num verdadeiro ostracismo até os anos setenta. A partir da queda do muro de Berlim (1989), novas teorias surgiram como tentativa de explicar o mundo sob uma nova perspectiva que não a associada aos pensamentos clássicos. Dentre essas novas formas de pensar o mundo, surge o conceito de geoeconomia.

Cabe ressaltar que serão abordados a seguir apenas os autores que apresentam certa semelhança de pensamento em torno da idéia de geoeconomia. Outros autores também ressaltam a importância da economia nas relações entre os Estados, porém não serão objeto de análise neste estudo. Tendo como foco a questão do conflito econômico em substituição ao conflito militar, os três autores que serão analisados estão mais dentro da proposta do autor. É essa nova visão que será abordada a partir de agora. Mas afinal, o que é geoeconomia?

3.1 O que é geoeconomia

Responder a essa pergunta é fundamental para se entender o significado desta nova proposta de influência na relação entre Estados. O conceito de geoeconomia foi empregado pela primeira vez pelo estudioso romeno, naturalizado norte-americano, Edward Luttwak, ao publicar o ensaio *From Geopolitics to Geoeconomics* na revista *The National Interest*, em 1990. O tema é retomado em 1998 no seu livro *Turbocapitalismo*¹. De acordo com Luttwak (2001, p. 164):

Na política mundial tradicional, os objetivos são assegurar e ampliar o controle físico do território, e ganhar influência diplomática sobre governos estrangeiros. O objetivo geoeconômico correspondente não é atingir o mais alto padrão de vida possível, mas conquistar ou proteger papéis desejáveis na economia mundial.

Ele chama a nova versão da antiga rivalidade entre os Estados de geoeconomia. O arsenal geoeconômico contaria com: capital para investimento para a indústria fornecido ou orientado pelo Estado, desenvolvimento de produtos subsidiado pelo Estado, penetração de mercados apoiado pelo Estado, pesquisa e desenvolvimento auxiliado ou dirigido pelo Estado, e outros (LUTTWAK, 2001). Com esse novo conceito ele procura salientar a importância da disputa econômica e o uso do Estado para garantir vantagens competitivas, relegando para um segundo plano o conflito militar. Isso fica claro na citação a seguir:

Nos Bálcãs, no Golfo Pérsico e em outras partes desafortunadas do mundo, batalhas territoriais à moda antiga continuam, assim como durante toda a história. Nessas zonas atrasadas de violência, real ou iminente, a força militar permanece sendo tão importante como nunca. Também é o caso da diplomacia clássica, que ainda serve para converter o possível uso da força militar em uma fonte real de poder e influência, seja para ameaçar adversários ou para assegurar aos aliados de que estão protegidos. Mas na arena central das relações internacionais, em que norte-americanos, europeus, japoneses e outros povos avançados tanto colaboram uns com os outros quanto competem entre si, a situação mudou drasticamente. A guerra, tendo se tornado quase impensável entre eles, tanto o poder militar quanto a diplomacia clássica perderam sua importância ancestral em suas negociações mútuas, permanecendo úteis apenas para confrontar encrenqueiros nas periferias. (LUTTWAK, 2001, p. 158-159)

1 LUTTWAK, Edward. *Turbocapitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Com isso ele procura demonstrar que os conflitos militares entre os Estados mais desenvolvidas praticamente estariam descartados. As antigas pretensões geopolíticas, que levaram a diversas guerras no passado, seriam agora sobrepujadas pela geoeconomia, uma forma de influenciar e atingir objetivos políticos através da força da economia e sua manipulação pelos Estados. Os conflitos militares continuariam existindo, porém restritos aos Estados menos desenvolvidos economicamente.

Para Luttwak, os governantes e os Estados sempre perseguiram objetivos econômicos e nunca deixaram de ter conflitos econômicos com outros governantes e Estados. Entretanto, ele alega que: “No passado, a superação dos outros no comércio e na indústria era ofuscada pelas prioridades mais urgentes da guerra e da diplomacia, em especial pela busca da segurança [...], mas também pela busca da glória ou de vantagens na política interna [...]” (LUTTWAK, 2001, p.169). Quando as necessidades de segurança ditavam uma aliança contra um inimigo comum, mesmo que esse fosse seu concorrente econômico, a preservação da aliança tinha prioridade absoluta, por uma questão de sobrevivência, e não de mera prosperidade. Ele cita o exemplo da França, que em 1914 entrou na guerra contra seu principal parceiro comercial, a Alemanha, em aliança com a Grã-Bretanha, principal rival nos negócios coloniais. Nesse sentido, durante a Guerra Fria (1947 a 1991), brigas comerciais que prejudicassem as relações políticas e ameaçassem a solidariedade de alianças diante de uma ameaçadora União Soviética não eram permitidas. Assim Luttwak (2001, p.170) chega à conclusão que:

Conforme a importância das ameaças e das alianças militares continua a diminuir nos países pacíficos da arena central das relações internacionais, as prioridades econômicas não são mais suprimidas, mas podem vir à tona e até mesmo tornarem-se dominantes. As disputas comerciais ainda podem ser contidas pelo medo de suas consequências puramente econômicas, mas não por intervenções políticas motivadas por imperativos estratégicos. E se a coesão interna das nações tem de ser preservada por causa de uma ameaça externa unificadora, essa ameaça tem hoje de ser econômica, ou melhor, geoeconômica.

Em determinado ponto da sua obra Luttwak questiona se a geoeconomia não seria uma regressão ao mercantilismo² simplesmente. Para ele o mercantilismo era um fenômeno econômico, mas seus fins eram estritamente políticos ou, de fato, estratégicos. O propósito da geoeconomia é diferente, maximizar não reservas de ouro, mas empregos de alta qualificação em indústrias avançadas e serviços sofisticados. A maior diferença, contudo, é que o

2 Mercantilismo: conjunto de práticas, adotadas pelo Estado absolutista na época moderna, com o objetivo de obter e preservar riqueza. A concepção predominante partia da premissa de que a riqueza do Estado era determinada pela quantidade de ouro e prata que ele possuía. Ao mesmo tempo, os governantes consideravam que a riqueza que existia no mundo era fixa, não podendo ser aumentada. Portanto, para um Estado enriquecer outro deveria empobrecer. Essa concepção foi responsável pelo acirramento das disputas entre as nações.

mercantilismo sempre esteve sob a sombra da guerra. Quando disputas comerciais tornavam-se suficientemente inflamadas a ponto de degenerar-se em disputas políticas, estas podiam, por sua vez, levar à guerra, e freqüentemente o faziam. “A geoeconomia, em comparação, é um jogo cujos participantes são países que já decidiram não declarar guerra uns aos outros” (LUTTWAK, 2001, p. 172). Desta forma, as forças armadas teriam perdido inteiramente o papel dominante que tinham na era do mercantilismo, quando eram um complemento rotineiro à rivalidade econômica. Na nova era geoeconômica, não apenas as causas, mas também os instrumentos de rivalidade teriam de ser estritamente econômicos. Os confrontos políticos originados de disputas comerciais teriam de ser combatidos com as armas do comércio: a restrição mais ou menos disfarçada a importações, o subsídio mais ou menos oculto a exportações, o financiamento de projetos de tecnologia, o fornecimento de infra-estruturas competitivas, e assim por diante (LUTTWAK, 2001).

3.2 O poder econômico e o poder militar

Fazendo coro aos conceitos da geoeconomia de Luttwak, outros autores também propagam a importância da economia na política mundial e a perda de preponderância do poderio bélico. Um desses autores mais atuais, Lester Thurow, prega que o confronto militar será substituído pelo confronto econômico. Seu argumento consiste na idéia de que ser uma potência militar não necessariamente garante ao Estado ser uma potência econômica. Porém, para ser uma grande potência militar, não há como prescindir do poder econômico. Ele esclarece: “A história é clara. Enquanto o poder militar pode às vezes estender-se além do poder econômico durante séculos, eventualmente o poder militar não pode prescindir de um esteio econômico bem-sucedido” (THUROW, 1993, p. 23). Desta forma ele ressalta o papel da economia como fator de preponderância para um Estado, antes mesmo do poderio militar, o qual não sobrevive por muito tempo sem o poder econômico. Indo mais além na sua defesa da substituição do confronto militar pelo econômico, Thurow (1993, p. 33) argumenta que:

Os conflitos de interesses econômicos serão mais agudos do que poderiam ser devido ao desaparecimento do urso militar soviético. No próximo meio século, ninguém precisará moderar suas posições econômicas, a fim de preservar as alianças militares para conter a URSS. Durante metade do século passado, as necessidades militares impediram que os conflitos econômicos assumissem proporções incontroláveis. De agora por diante, a cooperação econômica terá que se valer dos seus próprios recursos, e os acordos econômicos não serão mantidos inteiros à custa de cola militar.

Percebe-se aqui uma convergência com a análise de Luttwak quanto ao papel das alianças durante a Guerra Fria. Buscando no passado exemplos que apóiam o uso de

estratégias econômicas pelos Estados como forma de preservar a independência política, Thurow comenta os casos do Japão e da Alemanha no século XIX:

Tanto na Alemanha quanto no Japão, as estratégias econômicas foram elementos importantes nas estratégias militares para preservar a sua independência política. Os governos desdobravam-se para que a chama da combustão econômica não se extinguísse. Tinham que mantê-la intensa para que as lacunas econômicas e, conseqüentemente, as lacunas militares, entre eles e seus inimigos potenciais, pudessem ser preenchidas no menor espaço de tempo possível. Nessas circunstâncias, não surpreende que as empresas fossem organizadas em moldes militares ou que desaparecesse a linha divisória entre o que era público e o que era privado. Governo e indústria tinham que trabalhar juntos para traçar as estratégias econômicas nacionais necessárias à independência nacional. Num sentido muito real, as empresas tornaram-se a linha de frente da defesa nacional. As estratégias militares e as estratégias econômicas achavam-se de tal forma entrelaçadas que eram impossível separar umas das outras. (THUROW, 1993, p. 41)

Nessa análise fica claro o papel da economia como elemento central da defesa nacional, bem como a importância de o governo atuar ativamente nas políticas de incentivo ao crescimento econômico independente. No estudo de Thurow, também convive com essa linha uma proposta de liberdade da economia sem a interferência do Estado, como no caso da concepção anglo-saxônica de capitalismo, na qual “os governos devem proteger os direitos da propriedade privada, e se afastar, deixando o caminho livre para que os indivíduos façam a parte que lhes compete” (THUROW, 1993, p. 40). Essa linha de pensamento está mais de acordo com o que pensa outro influente teórico, que será visto a seguir.

3.3 O mundo sem fronteiras

Dentro desta idéia da preponderância da economia, outro autor que se destaca é Kenichi Ohmae, que prega a economia globalizada sem fronteiras. Ohmae (1991) lança o conceito da Ilha da Economia Interligada da Tríade, formada pelos Estados Unidos da América, Europa e Japão, à qual se juntaram outras economias agressivas como Taiwan, Hong Kong e Cingapura. Segundo ele, esta Ilha está se tornando tão poderosa que engoliu a maioria dos consumidores e corporações, fez quase desaparecer as tradicionais fronteiras nacionais e empurrou os burocratas, os políticos e os militares para o *status* de indústrias em declínio. Dentro dessa concepção, o governo perderia seu papel protetor:

[...] Quando o governo demora para entender o fato de que seu papel não é mais proteger as pessoas e seus recursos naturais contra as ameaças econômicas externas e sim garantir que seu povo tenha a mais ampla variedade de escolhas entre as mercadorias e serviços melhores e mais baratos de todo o mundo, quando o governo ainda pensa e age como se houvesse sempre uma ameaça de guerra – força mercantilista que dominava o mundo séculos atrás – desencoraja o investimento e empobrece o povo. (OHMAE, 1993, prefácio, p. XIV)

Na análise do que Ohmae chamou de “um mundo sem fronteiras”, a riqueza não estaria mais alicerçada na posse de enormes reservas de recursos naturais, como no caso do Brasil e da Malásia. Nesse contexto, aliás, a Malásia estaria se saindo melhor do que o Brasil, ao olhar para o oriente e seguir o exemplo do Japão. No Japão, o fato de o governo massificar as crianças com a noção clara de que o país era pobre em recursos e que seria importante acrescentar valor ao que era produzido no país, a fim de criar excedentes que lhes permitisse comprar a comida necessária, fez o país se desenvolver em uma escala muito superior àqueles países detentores de recursos naturais abundantes (OHMAE, 1993).

Defendendo a idéia de que não caberia mais o isolacionismo e o nacionalismo em termos de macroeconomia, Ohmae (1993, p. 184) argumenta que “no mundo sem fronteiras, cada dia fica mais difícil ver onde se encontram as fronteiras nacionais tradicionais.” Segundo sua análise, hoje em dia já não se pode falar em economia nacional, deve-se falar em regiões econômicas, que, para se desenvolverem, não devem ter os entraves dos governos. Com isso Ohmae diminui o papel do Estado no seu mundo sem fronteiras:

[...] a economia global segue sua própria lógica e desenvolve suas próprias redes de interesse, que raramente duplicam as fronteiras históricas entre as nações. Como resultado, o interesse nacional, como realidade econômica, em oposição a uma realidade política, perdeu muito de seu significado. (OHMAE, 1993, p. 186)

Percebe-se aqui uma oposição às idéias de Luttwak, que propõe que o Estado deve atuar positivamente no cenário da guerra econômica. Inversamente, Ohmae é totalmente contra o protecionismo nacional e a regulação por parte dos governos. Tudo deveria ser focado no desenvolvimento das regiões econômicas, que faria com as fronteiras nacionais perdessem o seu sentido. Na medida em que os interesses nacionais deixam de prevalecer em detrimento ao desenvolvimento das regiões e do mundo sem fronteiras, a própria lógica dos conflitos militares deixaria de existir. Essa é a essência do pensamento de Ohmae.

Diante da análise das principais idéias dos três teóricos escolhidos, o autor reproduz a reflexão lançada por Vesentini (2004, p. 112-113):

Afirmar que a geoeconomia substitui a geopolítica, por exemplo, não é apenas olhar o mundo de uma certa perspectiva. É também fazer uma aposta – e inclusive tentar influenciar os rumos dos acontecimentos – na prevalescência (sic) da guerra comercial sobre a militar.

Estaria essa tentativa de influência efetivamente tendo algum efeito prático nas relações entre os Estados, de modo a deixar concluir que a geopolítica tradicional seria banida e os conflitos militares deixariam de existir? É o que será visto agora ao se analisar a dinâmica dos conflitos armados.

4 O CONFLITO ARMADO

Antes de se discorrer sobre o tema proposto, é importante fazer um breve comentário do termo “conflito armado”. Cabe aqui ressaltar que, embora a palavra “conflito” possa ser empregada de variadas formas, neste estudo ela será utilizada exatamente como sugerem Bailes e Whiarta (2005, p. 2):

Elastic though the term is, however, it will be used in what follows with some fundamental restrictions. The qualifier “armed” means that we are talking here about violence that uses weapons against the life and limb of the opponent, and that takes place at some level above the purely personal, domestic, and criminal¹.

Desta forma, ao se analisar os últimos conflitos do final do século XX e início deste século, é mister que sejam levantadas algumas questões: quais as verdadeiras causas para tais conflitos? Se as principais causas são econômicas, como defendem vários pensadores², eles teriam sido evitados se houvesse uma nova forma de relacionamento entre os Estados, em conformidade com a chamada geoeconomia? Até que ponto a cooperação/competição econômicas poderão substituir os conflitos armados entre Estados soberanos? São essas perguntas que serão analisadas nas próximas seções.

4.1 A teoria econômica sobre as guerras

De acordo com Bouthoul (1984), diversos estudiosos têm promulgado que as verdadeiras causas das guerras são os fatores econômicos. Assim ele explica as teorias econômicas da guerra:

As teorias econômicas da guerra pressupõem que, ao nível dos Estados e das nações, os fatores econômicos estão entre os que dão um resultado de incoercíveis impulsos belicosos. Esses fatores poderiam ser em todo caso o motivo certo dos conflitos armados. As demais causas que se poderiam dar seriam enganosas, ou só aparentes, ou puramente subjetivas. (BOUTHOU, 1984, p. 353, tradução do autor).

Contrário a essas teorias econômicas, Bouthoul argumenta que, para se poder dizer que um conflito armado teve sua origem exclusivamente nos feitos econômicos, é fundamental assegurar-se que os deslocamentos de riqueza provocados pelas guerras não tenham sido uma consequência destas, ainda que sejam secundárias, mas que tenham sido o

1 “Embora o termo seja elástico, ele será empregado a seguir com algumas restrições fundamentais. O qualificador **armado** significa que nós estamos falando aqui de violência que usa armas contra a vida e membro do oponente, e se situa em algum nível acima do puramente pessoal, doméstico, e criminoso” (tradução do autor).

2 De acordo com Bouthoul (1984, p. 353, tradução do autor), “a análise da causa econômica das guerras tem atualmente um interesse particular. Têm sido elaboradas muito importantes teorias que consideram os fatores econômicos como a causa primordial de todas as guerras.”

elemento determinante na gênese do conflito. Ele vai mais além: “Para poder afirmar que uma guerra tem causas econômicas propriamente ditas, é mister que o conflito inicial do qual nasce seja unicamente questão econômica” (BOUTHOU, 1984, p. 357, tradução do autor). Analisando diversas guerras sob esse prisma, conclui que muito poucas guerras responderiam a essa definição: “Os exemplos mais indiscutíveis seriam os das tribos primitivas com uma economia sem elasticidade, e atacando a seus vizinhos para apoderar-se de seus recursos alimentícios. Estas são as únicas guerras integralmente econômicas” (BOUTHOU, 1984, p. 357, tradução do autor). Tratando-se de civilizações complexas, as guerras geralmente teriam diversas fontes como suas causas, no tocante aos seus objetivos e aos seus significados (BOUTHOU, 1984).

Desta forma, se é possível afirmar que os conflitos armados, em sua grande maioria, não possuem como causa exclusiva uma questão econômica, até que ponto seria correto afirmar que os embates econômicos poderiam substituir os conflitos armados? De acordo com esta lógica, se todos os conflitos fossem de ordem econômica, a cooperação econômica entre Estados ou o “conflito econômico” entre estes poderiam eliminar a necessidade da guerra. Não é o que se nota na realidade dos conflitos, como será visto a seguir.

4.2 A evolução do conflito armado

A TAB. 1, ANEXO, mostra como evoluíram os conflitos armados a partir de 1993, distribuídos por continentes. Somente entraram nas estatísticas os conflitos em que pelo menos uma das partes era o governo de um Estado, e a violência atingiu um nível tal em que o número total de baixas relacionadas diretamente com a batalha, dentro de um período de pelo menos um ano de sua história, atingiu a cifra de mil mortes. Para os conflitos que atendem a esse critério foi feita uma subdivisão no que concerne ao fator motivador, que pode ter sido primordialmente o controle do governo ou o controle do território³.

Baseados nesses dados, Bailes e Wiharta (2005) fazem uma análise e chegam às seguintes conclusões: o número total dos conflitos armados considerados tem diminuído de uma maneira geral desde o fim da guerra fria; mais de dois terços dos conflitos presentes nos últimos quatorze anos foram solucionados (pelo menos temporariamente); outra característica

3 Os dados analisados e os respectivos critérios (citados por BAILES e WIHARTA, 2005), foram retirados da publicação do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), cujos dados foram fornecidos pelo Uppsala Conflict Data Project (UCDP), da Uppsala University, na Suécia.

importante é a queda na proporção dos “tradicionalis” conflitos entre Estados-nação. Assim eles justificam esta última informação:

De 1946 a 1989 ocorreram quinze conflitos inter-Estados, porém, do total de 31 conflitos registrados em 1990, apenas um era desse tipo. Em 2003 apenas dois conflitos puderam ser classificados como “inter-Estados”, um era a conhecida disputa entre Índia e Paquistão e o outro, as hostilidades no Iraque entre o regime de Saddam Hussein e a coalizão liderada pelos Estados Unidos, o qual demandou pelo menos mil mortos desde março de 2003. (BAILES e WIHARTA, 2005, p. 8, tradução do autor)

Os conflitos “tradicionalis” inter-Estados podem ter diminuído, porém os conflitos armados persistem agora num novo formato. Novos atores mudaram a face dos conflitos. Hoje imperam os conflitos assimétricos (MARTÍN, 2008). No período da geopolítica clássica, praticamente os únicos atores do sistema internacional eram os Estados, por conseguinte os conflitos armados estavam primordialmente restritos aos mesmos.

Dentro da proposta da geoeconomia, é possível afirmar que essa diminuição dos conflitos inter-Estados poderia ter como causa o aumento da competição econômica? Bailes e Wiharta descrevem várias causas para essa diminuição, dentre eles o impacto da Segunda Guerra Mundial e as lições aprendidas, que levaram ao estabelecimento não só da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, mas também à criação da Comunidade Européia e do Conselho da Europa, projetado para dar um fim aos conflitos intra-Oeste Europeu para sempre. Outro ponto importante foi a própria Guerra Fria, que levou os países centrais do cenário internacional a procurar evitar um confronto global, levando os conflitos para regiões periféricas de influência. Da mesma forma, o fim da Guerra Fria foi sucedido por um sistema alternativo de redes positivas de parcerias, acordos e processos de negociação através da atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), bem como pelo processo em andamento de expansão da União Européia. Além desses, outros fatores de menor escala contribuíram para aquela tendência, tais como o encolhimento do conflito Árabe-Israelense para um conflito Israel-Palestinos e o processo de estabilização entre Rússia e China em torna das questões fronteiriças (BAILES e WIHARTA, 2005). Apesar de todos esses fatores, não há menção direta à questão do aumento da cooperação ou da competição econômica como elementos relevantes.

Outro aspecto a ser notado, segundo Bailes e Wiharta, é que as estatísticas de 1990 a 2003 mostram uma crescente tendência a confinar os conflitos armados às regiões em desenvolvimento do planeta, particularmente no hemisfério Sul (ver TAB. 2 e GRAF. 1, ANEXO). A notícia jornalística a seguir, que trata da intenção da reativação da base russa em

Cuba, como uma forma de retaliação ao anunciado escudo de mísseis que os Estados Unidos anunciaram que seria instalado na Europa, demonstra que a velha geopolítica não foi enterrada:

Diário russo afirma que Moscou pode voltar a usar a ilha com fins militares como na crise dos mísseis, em 1962. Bombardeiros russos com capacidade para levar armas nucleares podem ser posicionados em Cuba em resposta ao plano dos Estados Unidos de construir um sistema de defesa antimísseis no Leste Europeu, segundo afirmou o jornal russo Izvestia, citando fontes militares do país. Em resposta, um alto funcionário da Força Aérea americana, o general Norton Schwartz, afirmou nesta terça-feira, 22, que Moscou estaria cruzando "uma linha vermelha" se usar a ilha cubana para abastecimento de combustível de seus aviões. (RÚSSIA, 2008, p. 1)

Como esse, outros exemplos estão cotidianamente estampados nos principais jornais internacionais, demonstrando que não se pode afirmar com certeza que os conflitos militares estarão restritos aos países em desenvolvimento, como mostram as pesquisas.

O que dizer então da teoria do mundo sem fronteiras de Ohmae, que num segundo livro chegou a predizer o fim do Estado-nação⁴. Não parece ser essa a realidade que se vê nos dias de hoje: construção de muros em Israel, dividindo o espaço para dois povos distintos; cercas e muros marcando as fronteiras entre os Estados Unidos e o México, a fim de evitar a imigração ilegal, isso entre dois Estados que integram o Nafta; restrições e medidas mais duras para reprimir as imigrações de africanos para a União Européia. Todas essas ações são demonstrações claras de que o mundo não parece estar caminhando para a cooperação, embora seja inegável a diminuição do número total de conflitos armados.

De certa forma, o que se vê hoje é a continuação das antigas geopolíticas, mormente pela única potência geopolítica atual, mascaradas pelo manto da defesa da democracia e da liberdade mundiais. Como exemplo, cita-se o bem conhecido apoio dos Estados Unidos à Colômbia no combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), através do Plano Colômbia. Ali há um interesse particular dos Estados Unidos, conforme Bailes e Wiharta (2005, p. 16, tradução do autor) esclarecem:

Os Estados Unidos, como é bem conhecido, tiveram um especial interesse no conflito por causa da ligação com o fornecimento de drogas ao seu próprio território, mas também por causa do envolvimento de companhias de petróleo norte-americanas na região de Arauca a nordeste da Colômbia e a necessidade de proteger um oleoduto que corre de lá.

Da mesma forma, é tão claro o interesse dos Estados Unidos nas imensas reservas petrolíferas do Iraque durante a Segunda Guerra do Iraque, que alguns estudiosos se referem a ela como “**a primeira guerra por petróleo deste milênio**” (SANTOS, 2003, p. 95).

4 OHMAE, Kenechi. *O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Ironicamente, mais recentemente o discurso geoeconômico acabou por se configurar como um dos principais argumentos para justificar a guerra, como esclarece Sparke (2007, p. 345, tradução do autor):

[...] o apelo ao discurso geoeconômico tornou-se ainda mais aberto e amplamente compartilhado. Espalhando-se desde lugares previsíveis tal como o escritório dos Representantes de Comércio dos Estados Unidos (USTR) – no qual foi e continua sendo o *script* padrão – até muitas repartições administrativas e os pronunciamentos oficiais, ele sinalizou como a esperança pela difusão do livre-mercado democrático tornou-se a mais persistente justificativa para a guerra.

Até mesmo a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 dos Estados Unidos da América, que previa a guerra de preempção e o uso agressivo do poder Norte-americano contra ameaças geopolíticas, foi também especialmente clara na sua citação sobre a geoeconomia (SPARKE, 2007). Nesse contexto, o autor compartilha do mesmo pensamento de Gagné (2007, p. 5, tradução do autor): “[...] geoeconomia não é um substituto para a geopolítica. Ela apenas significa que novos componentes precisam ser adicionados para o entendimento do comportamento dos Estados e do sistema internacional.”

5 CONCLUSÃO

A tese de que a guerra econômica substituirá a guerra tradicional não parece estar funcionando. À primeira vista, pela diminuição do número de conflitos armados entre Estados-nação, poder-se-ia dizer que a geoeconomia estaria efetivamente substituindo a tradicional geopolítica. Entretanto, um olhar mais preciso acabará por mostrar que não é bem assim. A Guerra do Iraque notadamente teve como fator motivador um fator econômico: a garantia do acesso às reservas de petróleo daquele país. Da mesma forma, o apoio norte-americano à Colômbia, além da questão do narcotráfico, esconde uma motivação também econômica: a garantia do acesso às fontes de petróleo. De certa forma, esses fatos vão ao encontro das teorias de diversos pensadores que vêem na economia a principal causa para os conflitos armados. Contudo, esses exemplos atestam que está ainda muito longe uma real perda de importância dos embates militares nos dias atuais.

Não é difícil atualmente encontrarem-se notícias que remetem à geopolítica clássica. O que se vê na realidade é a velha e tradicional geopolítica, tolhida de sua roupagem expansionista e imperialista, porém aplicada de uma forma mais sutil. Percebe-se cotidianamente que o velho jogo de interesses e influência continua em pauta nos dias atuais. Nesse contexto, a geoeconomia aparece como mais um lado do prisma geopolítico, abrindo a possibilidade de uma nova abordagem coerente com as transformações do século XXI.

É fato que se vive hoje uma guerra econômica, aliada a outros campos do que se convencionou chamar de guerra. Porém é pouco provável imaginar que a competição ou a cooperação econômica possam vir a substituir o conflito armado, que vem acompanhando a humanidade desde a sua gênese.

REFERÊNCIAS

- BAILES, Alyson J. K.; WIHARTA, Sharon. Armed conflicts and international security: a factual and analytical review. **Real instituto elcano working papers**, Madri, n. 7, fev. 2005. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Pub_ElcanoWorkingPapers>. Acesso em: 08 jul. 2008.
- BOUTHOU, Gaston. **Tratado de polemologia**. Madrid: Ediciones Ejercito, 1984. p. 355-380.
- FERNANDES, José P. T. Da geopolítica clássica à geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade. **Política internacional**. Lisboa, n. 26, p. 161-186, outono-inverno. 2002.
- FERREIRA, Tatiane M. A geoeconomia como determinante nas relações internacionais da nova ordem mundial. **Jus navigandi**. Teresina, ano 9, n. 763, Ago. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7109>>. Acesso em: 04 abr. 2008.
- GAGNÉ, Jean-François. Geopolitics in a post-cold war context: from geo-strategic to geo-economic considerations? **Étude Raoul-Dandurand**, Montreal, n. 15, Set. 2007. Disponível em: <http://www.er.uqam.ca/nobel/ieim/mot-crd.php?id_mot=15>. Acesso em: 25 mai. 2008.
- HARBOM, Lotta; WALLENSTEEN, Peter. Patterns of major armed conflicts. In: **SIPRI Yearbook 2005: armaments, disarmament and international security**. Oxford: Oxford University Press, 2005. cap. 2. Disponível em: <<http://yearbook2005.sipri.org/>>. Acesso em: 20 jul. 2008.
- KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise M. F. **História geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2004.
- LUTTWAK, Edward. **Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada**. Tradução de Maria Abramo Caldeira Brant e Gustavo Steinberg. São Paulo: Nova Alexandria, 2001. p. 158-183. Título original: *Turbocapitalism*.
- _____. Da geopolítica à geoeconomia nos dias atuais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2007, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**]. Rio de Janeiro: EGN, 2007. 1 CD-ROM.
- MARTÍN, Miguel A. Ballesteros. Terrorismo e forças armadas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2008, Rio de Janeiro. [**Anais eletrônicos...**]. Rio de Janeiro: EGN, 2008. 1 CD-ROM.
- MARTINS, Luciana de Lima. Nossos clássicos: Friedrich Ratzel. **Geographia**, n. 5, jul-dez. 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_05/edicao5.htm>. Acesso em: 3 ago. 2008.
- MARTINS, Luciano. O fundamentalismo de Bush e a ordem mundial. **Política externa**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 31-41, jun./jul./ago. 2003.
- NYE, Joseph S. **Understanding international conflicts: an introduction to theory and**

history. 3rd ed. New York: Longman, 1999.

OHMAE, Kenichi. **O mundo sem fronteiras**. Tradução de: Maria Cláudia O. Santos. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991. Título original: *The borderless world – power and strategy in the interlinked economy*.

RÚSSIA pode posicionar bombardeiros em Cuba, diz jornal. **Estadão**. 22 jul. 2008. Disponível em: < http://www.estadao.com.br/internacional/not_int210127,0.htm >. Acesso em: 22 jul. 2008.

SANTOS, Edmilson M. Petróleo: quadro estratégico global no início do século XXI. **Política externa**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-115, jun./jul./ago. 2003.

SPARKE, Matthew. Geopolitical fears, geoeconomic hopes, and the responsibilities of geography. In: **Annals of the association of the american geographers**. Malden: Blackwell Publishing, v. 97, n. 2, p. 338-349, jun. 2007.

THUROW, Lester C. **O futuro do capitalismo**: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 11-76. Título original: *Head to head: the coming economic battle among Japan, Europe, and America*.

VESENTINI, José W. **Novas geopolíticas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ANEXO A – Dados dos principais conflitos armados (SIPRI Yearbook 2005)¹

TABELA 1
Distribuição regional, número e tipo dos principais conflitos armados, 1990-2003.

REGIÃO	ANO																											
	90		91		92		93		94		95		96		97		98		99		00		01		02		03	
	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T	G	T
África	8	3	8	3	6	1	6	1	5	1	4	1	2	1	4	-	10	1	10	1	8	1	7	-	6	-	4	-
América	4	-	4	-	3	-	3	-	3	-	3	-	3	-	2	-	2	-	2	-	2	-	3*	-	3*	-	3*	-
Ásia	4	8	3	7	4	7	4	5	4	5	4	6	4	5	3	5	3	5	2	6	2	6	2	6	2	6	2	
Europa	-	-	-	1	-	3	-	5	-	4	-	3	-	1	-	-	-	1	-	2	-	1	-	1	-	1	-	
Oriente-méd.	1	3	2	4	2	3	2	4	2	4	2	4	2	4	2	2	2	2	1	2	2	2	-	2	-	2	1	
Total G & T	17	14	17	15	15	14	15	15	14	14	13	14	11	11	11	7	17	9	15	11	14	10	14	9	11	9	10	
Total	31	32	29	30	28	27	22	18	26	26	24	23	20	19														

Nota: G – governo, T – território, os dois tipos de incompatibilidade.

Nota: * Este número inclui o conflito entre os Estados Unidos e a Al-Qaeda.

TABELA 2
Distribuição regional dos locais com pelo menos um conflito armado principal, 1990-2004

REGIÃO	ANO															
	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	
África	8	9	6	6	7	6	4	5	11	11	9	8	7	5	5	
Américas	5	4	3	3	3	3	3	2	2	2	2	3	3	3	3	
Ásia	8	8	9	8	8	8	9	8	8	7	6	6	6	6	5	
Europa	0	1	2	3	3	2	1	0	1	2	1	1	1	1	1	
Oriente-Médio	4	4	4	4	5	4	4	4	4	3	4	3	2	3	3	
Total	25	26	24	24	26	23	21	19	26	25	22	21	19	18	17	

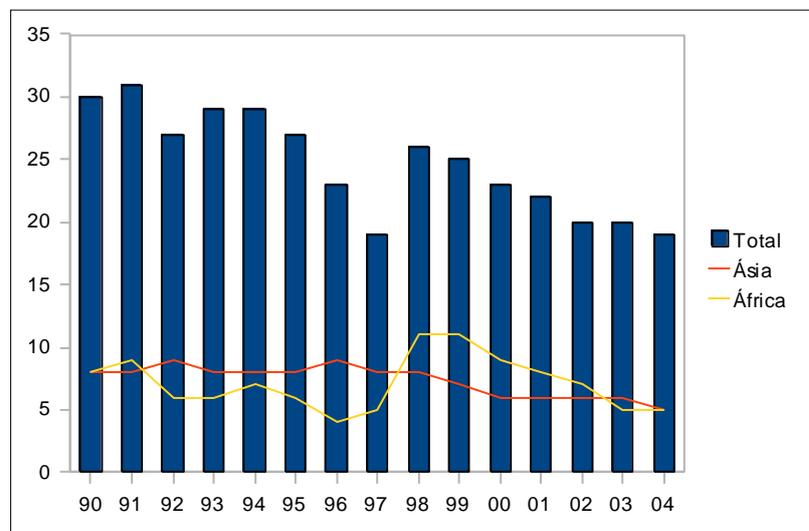


GRÁFICO 1 – Distribuição regional e número total dos principais conflitos armados, 1990-2004
Nota: Foram apresentadas apenas as curvas da África e da Ásia por serem as mais significativas.

¹ HARBOM e WALLENSTEEN, *Patterns of major armed conflicts*, 2005.